



Mário Covas (E) e Fernando Henrique alcançaram maior votação

Parlamentaristas têm mais votos populares

Rubem de Azevedo Lima

Os senadores e deputados federais que votaram a favor do mandato presidencial de cinco anos, na futura Constituição do País, representam, em termos de sufrágios populares — obtidos nas últimas eleições brasileiras — 28.251.056 votos contra 62.710.493 dos constituintes que se manifestaram a favor do mandato de quatro anos.

Estas cifras foram fornecidas pelo computador do Senado, através do Serviço de Processamento de Dados (Prodasen), daquela Casa do Congresso.

Em relação ao parlamentarismo e ao presidencialismo, os votos dos constituintes favoráveis àquele sistema representam 58.850.919 brasileiros contra 34.929.803 dados aos parlamentares que apoiaram a manutenção do atual sistema de Governo.

A grande diferença de votos populares em favor dos quatro anos de mandato e do parlamentarismo decorre do fato de que os senadores mais votados no País (os paulistas Mávio Covas, Fernando Henrique Cardoso e Severo Gomes, todos do PMDB) apoiaram o grupo quatro-anista e são parlamentaristas.

Em termos numéricos, de acordo com o Prodasen, manifestaram-se em favor do mandato de quatro anos 190 deputados e 33 senadores, enquanto apoiaram o mandato de cinco anos 267 deputados e 37

senadores. Abstiveram-se nessa votação 52 constituintes, sendo 50 deputados e dois senadores.

Quanto ao sistema de Governo, votaram a favor do presidencialismo 307 deputados e 37 senadores, ao passo que apoiaram o parlamentarismo 177 deputados e 35 senadores. Abstiveram-se dessa votação apenas três constituintes, todos eles deputados.

Os votos populares pelos cinco anos se distribuíram da seguinte forma: 12.099.951 obtidos pelos deputados federais e 16.151.105 pelo senadores. A favor dos quatro anos, votaram deputados que representam 11.021.075 votos populares e 51.689.418, dos senadores.

Parlamentaristas foram os deputados que tiveram 9.505.931 de votos populares e os senadores com 20.028.998 sufrágios. Em favor do presidencialismo votaram deputados que representam 14.900.805 votos populares e senadores que obtiveram o total de 20.028.998 sufrágios nas últimas eleições diretas.

Nos dois casos — do mandato presidencial e sistema de Governo — as tendências manifestadas pela Constituinte não coincidem com as pesquisas de opinião pública, relativas a ambas as questões. As pesquisas mais recentes mostram que mais de 65% dos brasileiros querem eleições diretas este ano. Do universo pesquisado, a maioria — aproximadamente 55% — é favorável ao presidencialismo.

Cabral prevê Carta só para o 2º semestre

Terminar a Constituinte antes de maio, conforme desejava o deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP) é coisa impossível para o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Segundo ele, é preciso ser realista e, no momento, "ninguém pode afirmar com absoluta segurança quando vai acontecer a promulgação". Para ele, isso não acontecerá antes de junho.

Cabral prefere não culpar os presidencialistas, mas garante que será preciso gastar algum tempo, para que a nova Carta tenha um texto conciso. Mesmo assim, o relator afirma que esse sistema de governo "não permitirá jamais que tenhamos partidos fortes".

Uma das conseqüências da aprovação do presidencialismo, para o relator, é a divisão do PMDB e a criação de um bloco suprapartidário de apoio ao presidente da República. "O objetivo dos partidos políticos é a conquista do poder. Se quem está no poder não quer dividir com eles, a criação de blocos e de novos partidos acabam sendo acontecimentos normais".

Comentando sobre o quorum baixo nas diversas sessões, Cabral afirma que "os constituintes bissestos, que só comparecem em votações que consideram importantes, são os que esvaziam, desmoralizam e não levam a Assembleia Nacional Constituinte a lugar nenhum".

Líderes discutem presidencialismo

Hoje, às 11h00, os líderes de partidos se reúnem pela terceira vez no gabinete do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, na busca de um entendimento para aperfeiçoar a emenda presidencialista do senador Humberto Lucena, vitoriosa quando da votação do sistema de governo. Uma espécie de prévia da reunião foi realizada ontem, quando, discutiram o tema o relator da Constituinte, Bernardo Cabral, líder do Governo na Câmara, Carlos Sant'Anna, além do próprio presidente da Constituinte.

No final do encontro, o relator explicou que havia solicitado a contribuição de todos os líderes, para que pudesse ser elaborado um texto aperfeiçoado da emenda. A emenda Manoel Moreira, que parlamentariza o presidencialismo, pode apenas ser utilizada para a busca de um acordo. A discussão maior ficará em torno de um pedido de destaque do deputado Eduardo Bonfim (PC do B-AL), que exige apenas a maioria da Câmara para aprovação de moção de censura a ministro.

Sant'Anna é contrário a adiar pleito municipal



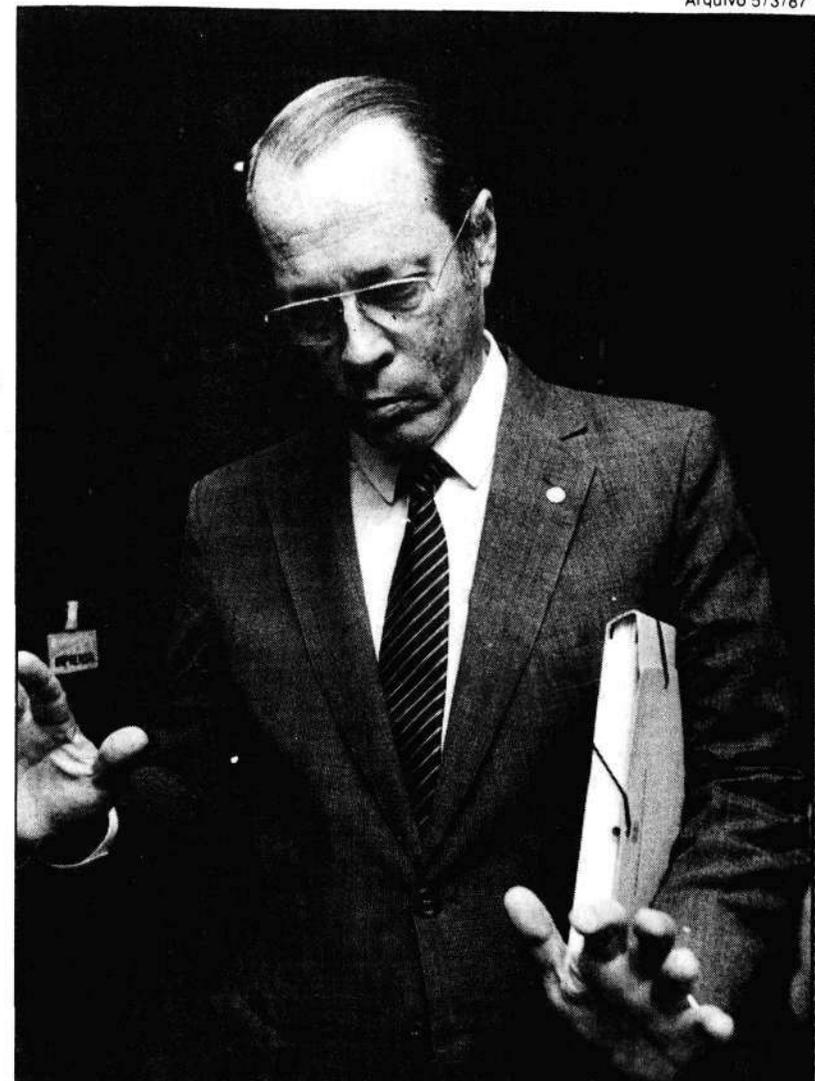
O líder do Governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), descartou ontem a possibilidade do chamado bloco de sustentação do Planalto vir a lutar pelo adiamento das eleições municipais deste ano, como tem sido comentado nos últimos dias na Constituinte. Sant'Anna tem três argumentos para discordar da proposta. O principal, no que obtém a concordância de muitos constituintes, é que a população não compreenderia o adiamento.

Os outros dois argumentos do líder são de que a proposta "vai de encontro à tradição do PMDB de não prorrogar mandatos", além das eleições para prefeitos e vereadores já estarem marcadas antes da Constituinte, numa alusão às eleições presidenciais, que não estariam previstas para este ano, segundo seu entendimento.

A posição do líder, no entanto, não é tão enfática junto aos membros do Centrão que deram maioria para a aprovação do mandato de cinco anos para os futuros presidentes da República e prometem repetir a dose quando for votado o mandato do presidente Sarney nas Disposições Transitórias do projeto constitucional. O deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) diz que a questão tem que ser melhor discutida. Para o parlamentar baiano, há vantagens e desvantagens em tal proposta. A vantagem seria evitar o gasto de uma campanha eleitoral numa época de austeridade, e a desvantagem é o fato de os atuais vereadores terem seus mandatos prorrogados mais uma vez. Pelo sim, pelo não, ele lança uma dúvida e afirma que tudo vai depender do ritmo da Constituinte daqui para frente.

Imoralidade

Mais sutil, o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), outro articulador do Centrão e do bloco do Planalto na Constituinte desconversa e diz que não está preocupado com o adiamento das eleições municipais deste ano. "Mas, com uma eleição atrás da outra, em 88, 89, 90..." José Lins, deputado pelo PFL do Ceará e também integrante do



Arquivo 5/3/87

Para o líder, povo não entenderia o adiamento das eleições

grupo, prefere afirmar que o adiamento das eleições municipais "é uma das propostas em debate, mas não há nenhuma posição do grupo sobre isso".

Em outros grupos do Congresso, essa proposta, embora ainda não totalmente assumida, começa a causar reação. "Seria uma imoralidade, um casuismo", afirma o deputado Antônio Brito (RS), um dos vice-líderes do PMDB. De acordo com Brito, pode-se estar pensando em casar as eleições presidenciais com a dos prefeitos e vereadores, que serviriam como cabos eleitorais, mas ninguém pode garantir que isso de fato vá ocorrer.

O deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE) também acredita que a intenção da proposta

é casar as duas eleições, o que seria de interesse dos setores conservadores do PMDB e do PFL. Dessa forma, poderiam ter mais vantagens numa disputa eleitoral para a Presidência da República. Egidio acha bem possível que o bloco que o Governo está querendo formar na Constituinte lute pela proposta.

No PT, o deputado Plínio Arruda Sampaio (SP) vai de encontro ao argumento principal de Sant'Anna. "A paciência do povo tem limite", adverte, acrescentando que tudo não passa de manobra dos que estão temendo perder as eleições municipais este ano. Em função dessa manobra, o deputado José Carlos Greco (PMDB-SP) diz que já há um grupo se formando na Constituinte para evitar o adiamento das eleições municipais.